

MULHERES ASSENTADAS DO PONTAL: PAPÉIS EM TRANSFORMAÇÃO NA LUTA PELO DESENVOLVIMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

Luís Antonio Barone¹

Anderson Antonio da Silva²

Laís Túbero Izidoro³

Ana Lúcia Teixeira⁴

Resumo: Este artigo apresenta uma discussão sobre o papel das mulheres assentadas nos projetos de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema (oeste de São Paulo). Procura-se avaliar a participação delas no âmbito do trabalho e nos espaços de organização política e liderança, como indicadores de potencial transformação na relação de gênero, pois são espaços tradicionalmente masculinos. O trabalho é resultado das análises desenvolvidas há vários anos, a partir de diferentes investigações realizadas pela equipe do grupo Ruralidades, Habitat e Cidadania (FCT/Unesp) e do Nupedor (Uniara). Especificamente neste estudo, analisa-se dados coletados em 2009 em assentamento de Presidente Venceslau/SP (na mesma região) – focando as mulheres titulares dos lotes – e em 2011, na pesquisa Uniara-INCRA. Também faz-se uso de dados qualitativos, colhidos por meio de entrevistas, diagnósticos participativos, conversas informais e outras atividades de pesquisa realizadas pela equipe.

Palavras-chave: Reforma agrária; Gênero; Trabalho; Desenvolvimento rural.

¹Sociólogo, Professor Assistente Doutor, FCT-UNESP-Presidente Prudente.

²Mestre em geografia, Professor Assistente II da Faculdade de Tecnologia (FATEC) de Presidente Prudente.

³Graduanda em Geografia, FCT-UNESP – Presidente Prudente.

⁴Licenciada em Geografia, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT-UNESP-Presidente Prudente.

Abstract: *This article presents a discussion on the role of women seated in land reform projects in the region of "Pontal do Paranapanema" (West of São Paulo State). Attempts to assess their participation in the productive work and in spaces of political organization and leadership, as indicators of potential transformation in gender relations because they are traditionally male spaces. The paper is the result of the analyzes conducted for several years, from different investigations by staff from the group "Ruralidades, Habitat e Cidadania" (FCT/Unesp) and Nupedor (Uniará). Specifically in this study, it analyzes data collected in 2009 in settlement of "Presidente Venceslau/SP" (in the same region) - focusing on women holders of lots - and in 2011, in research Uniará-INCRA. It also makes use of qualitative data collected through interviews, participatory diagnostics, informal talks and other research activities conducted by staff.*

Keywords: *Land reform; Gender; Work; Rural development.*

Introdução

Pesquisar relações de gênero no meio rural, sobretudo no contexto da reforma agrária possibilita conhecer a realidade dos assentamentos não unicamente sob enfoque econômico, mas também das relações estabelecidas no cotidiano destes assentamentos que além de moldar as vidas existentes no local também repercutem na esfera pública. Este trabalho é resultado das análises desenvolvidas há vários anos, a partir de diferentes investigações realizadas pela equipe do grupo Ruralidades, Habitat e Cidadania (FCT/Unesp) e do Nupedor (Uniará). Especificamente neste estudo, analisa-se dados coletados em 2009 em assentamento de Presidente Venceslau/SP (na mesma região) – focando as mulheres titulares dos lotes – e em 2011, na pesquisa Uniará-INCRA.

Ao se pesquisar sobre as relações de gênero nos assentamentos pretende-se elucidar o papel da mulher em outras esferas que não seja o espaço doméstico, aquele consagrado ao da mulher mãe e esposa. Assim, investigou-se a presença das mulheres nos espaços da produção e da sociabilidade política. Trazer à tona a opressão de alguns sujeitos ali inseridos, como as mulheres e os jovens, indica, aos agentes oficiais, a necessidade de criação de políticas públicas que assegurem a emancipação de todos estes sujeitos. Da mesma forma, no caso de programas já existentes, aponta-se para a necessidade de melhores encaminhamentos e gestão. Embora ainda haja muitos avanços a serem conquistados, referentes a políticas públicas que garantam autonomia produtiva e social para as mulheres,

algumas políticas de incentivo à produção, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estão dando maior visibilidade aos espaços produtivos de responsabilidade feminina, como as hortas, na medida em que possibilitam a obtenção de renda a partir destes cultivos.

Produto de um conjunto de pesquisas, específicas sobre gênero nos assentamentos de reforma agrária ou mais genéricas, esta análise trata dos dados coletados em um levantamento realizado em 2011, numa amostra de assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema⁵, como forma de compreender de que maneira a mulher tem se inserido nos espaços produtivos dos assentamentos.

Esta pesquisa, apoiada pelo INCRA teve como objetivo identificar a inserção dos assentados em arranjos produtivos e em políticas públicas locais/regionais, bem como avaliar a importância do autoconsumo alimentar, apontando principais entraves ao desenvolvimento dos assentamentos – sejam nas políticas públicas ou nos arranjos produtivos e contratos com agroindústrias. O trabalho, portanto se utiliza de números e dados estatísticos para explicar a realidade observada, sendo o levantamento amostral sua principal ferramenta de análise.

No entanto, para contextualizar melhor alguns aspectos da vida e da luta das mulheres do Pontal, também serão utilizados dados de uma pesquisa anterior (realizada em 2009), focando sobretudo as proporções de mulheres titulares de lotes nos P.A.s do Pontal. Também se lançará mão de dados qualitativos, através de "perfis" de mulheres assentadas que alçaram posições de liderança em grupos associativos locais, testemunho da ruptura que se encaminha nesses espaços sociais, laboratórios de transformação social (BRUMER, 2004). Os dados qualitativos vêm de entrevistas, diagnósticos participativos, conversas informais e atividades desenvolvidas na escola do assentamento aos domingos pelo projeto "Escola Viva"⁶. Também foram coletadas entrevistas durante e depois da realização do levantamento amostral apoiado pelo INCRA, bem como produzidos

⁵Os dados referem-se a uma pesquisa realizada pelo NUPEDOR, em parceria com a Superintendência Regional do INCRA do Estado de São Paulo (SR-8), abrangendo uma amostra estatisticamente válida para todo o Estado. Aqui trabalharemos apenas os números referentes à subamostra do Pontal do Paranapanema.

⁶O projeto Escola Viva, uma ação extensionista realizada pela FCT/Unesp no Assentamento Primavera (Presidente Venceslau/SP), possibilitou levantar o perfil e o histórico recente de um grupo de três mulheres que, vencendo as limitações impostas pelo preconceito, se tornaram lideranças.

diários de campo das inúmeras visitas aos assentamentos e das reuniões de discussão tematizando aspectos da vida dos assentados.

A realidade dos assentamentos do Pontal do Paranapanema: uma síntese

Todo o processo de ocupação irregular do Pontal do Paranapanema (LEITE, 1999) fez surgir focos de resistência por parte dos trabalhadores sem terras, que culminaram, na década de 1990, com um forte impulso reformista e a instalação de mais de 100 projetos de assentamentos, nas conhecidas terras devolutas, que foram ocupadas por fazendeiros. Este singular processo histórico determinou as políticas fundiárias que ocorreram na região (BERGAMASCO e NORDER, 2003).

Posteriormente ao processo de conquista da terra, quase sempre derivada da luta e iniciativa dos vários movimentos sociais atuantes no Pontal, surgem novos impasses que caracterizam a vida do trabalhador rural. Os assentamentos rurais se fazem palco de disputas sociais que se darão em diversos níveis: econômico, religioso, comunitário e político. Essa disputa colocará em questão o poder estabelecido. Com a condição de assentado, o trabalhador depara-se com problemas acerca da organização política e econômica, já que por muitas vezes esta realidade se lhe apresenta de forma inédita. Além disso, há a necessidade de desenvolvimento do vínculo social com a terra, outrora perdido com o êxodo rural, bastante pronunciado no Estado. A familiaridade com o campo é tão importante quanto, até mesmo, a conquista da terra, visto que, como assentado, o trabalhador encontra-se em uma nova perspectiva, devido a exigências de habilidades e qualificações derivadas do trabalho na terra, as quais nem sempre ele as detém por completo (FERRANTE e BARONE, 2007).

A peculiaridade dos assentamentos se faz notável quando observamos sua relação com o Estado. O Estado tem papel fundamental no que diz respeito ao progresso dos assentamentos, pois é do Estado a função de gerenciar estes espaços (LEITE et al., 2004).

Sendo assim, os assentados enfrentam obstáculos que nem sempre se mostram de forma nítida. Neste caso, além da luta realizada para a conquista da terra, os trabalhadores dependem de uma adequada gestão para que possam ter acesso às demandas oriundas da produção agropecuária, como acesso ao crédito e a máquinas.

O campo, sobretudo nesse quadrante do Estado, passa a ser um espaço de contradições específicas, já que em uma mesma região espaço nos deparamos com uma agropecuária altamente capitalista, ao lado dos assentamentos que

procuram desenvolver uma agricultura diversificada, tendo como consumidores o mercado interno, além de uma alternativa mesmo ao padrão de desenvolvimento do campo. Além disso, o assentamento rural, frente à sua heterogeneidade no que se refere às relações contidas, se apresenta como uma forma singular de dinâmica política, social e cultural, criando distintos atores políticos e processos organizacionais (FERRANTE, BARONE e BERGAMASCO, 2005).

Os assentamentos rurais modificam a economia e a sociedade dos municípios onde se instalam. Quando há implantação de assentamentos em determinado local, observa-se a intensificação da economia, já que os produtos cultivados pelos assentados são destinados basicamente ao abastecimento do mercado local, prática em algumas vezes incentivadas por programas do Estado. No âmbito social, devido à estrutura de lutas e reivindicações presentes no contexto das implantações dos assentamentos, em determinadas regiões ocorre dos assentados serem fortemente preconceituados.

A questão da titularidade do lote e a liderança feminina num assentamento do Pontal

Dentro desse universo de conquista da terra, as mulheres têm uma posição oscilante, ora publicizando sua presença, como nas marchas e ocupações, ora "desaparecendo" nos lotes já conquistados de assentamentos. Melo e Sabbato (2008), ao proporem analisar o processo da luta pela terra "sob o prisma de gênero", investigam a relação entre as mulheres rurais e o direito à propriedade. Segundo as autoras, a Constituição de 1988 prevê direitos iguais para homens e mulheres, com relação à titulação da terra a mulher passa a ter o direito à propriedade em seu nome independente do estado civil (p. 157). As famílias estão se transformando, as mulheres assumem a gerência de suas famílias e passam a incorporar ao papel tradicional que desempenham outras atribuições, como o trabalho fora de casa.

Em pesquisa realizada em algumas regiões do país (MELO e SABBATO, 2008, p.160), diagnosticou-se uma masculinização do mundo rural provocada em parte pelo êxodo das mulheres jovens, no geral para os centros urbanos. O fato se deve pelos filhos do sexo masculino terem maior participação no campo e serem os mais indicados para a sucessão da terra. Na pesquisa por elas realizada, no tocante à titularidade da terra, 14,1% dos lotes estavam em nome das mulheres, contra 85,9% que tinham homens como titulares.

A Portaria nº 981 de 2003 do Incra regulamentou a *titularidade conjunta e obrigatória* da terra (MELO e SABBATO, 2008, p.179) para as pessoas

casadas ou em união estável. Em caso de separação, a terra ficará para a mulher se ela mantiver a guarda dos filhos. Esta é uma dentre as políticas de ações afirmativas que vêm contribuir para uma mudança das relações entre os sexos. Apesar de uma conquista inquestionável, esse direito não cobre a complexidade das situações que envolvem a transferência da titularidade à mulher. No Pontal, a partir dos dados coletados nestes últimos anos, esse tipo de política afirmativa está em implantação. No entanto, registrou-se, nesses casos, um imenso prejuízo das mulheres que mantiveram a posse dos lotes após a separação. Isso porque, se elas ficam com o lote, "herdam", também, as dívidas contraídas pelos ex-maridos que saíram, pauperizando ainda mais a condição da mulher, mãe de família e responsável por um lote de produção.

Apesar disso, é importante pensarmos a transformação das relações de dominação presentes no cotidiano. É um trabalho lento e que necessita de mediações. E aqui as organizações são importantes nesta transição de apresentar para homens e mulheres novas formas de vivência que não estejam arraigadas na dominação do homem sobre sua família.

A participação da mulher nos momentos de mobilização, ainda que em estágio posterior ao acampamento possa retroceder, com ela voltando a viver no círculo fechado do lote, já lhe permite a percepção de um sujeito que têm direitos, transformando a postura destas mulheres na esfera pública e também no seu dia-a-dia.

O destaque da mulher no momento posterior ao acampamento, ou seja, a vida política que irá desempenhar já na condição de assentada, está ligada ao seu histórico. De maneira geral, o perfil das lideranças nos assentamentos é semelhante. São mulheres que desde jovens já participavam de algum grupo ou movimento social, com mais ou menos destaque, mas estavam ali, construindo cotidianamente o seu papel político.

As mulheres têm um agravante que em algum momento de suas vidas irá afastá-las da vida pública. Com a chegada dos filhos e durante o primeiro ano de vida das crianças, fica difícil para as mulheres participarem das reuniões de seus partidos políticos, sindicatos ou movimentos sociais. Não se trata necessariamente de classificar as crianças como um empecilho, mas da exigência que pesa exclusivamente sobre a mulher-mãe, que o tempo todo é cobrada a desempenhar o seu papel.

No entanto, o fato de ter participado do momento de uma ocupação, já possibilita a estas mulheres uma visão mais ampla da realidade. Elas se sentem como parte deste processo que assegurou a conquista do lote, a garantia da

estabilidade da família, e são conscientes de que para conseguir algo é preciso lutar. O sentido desta luta é o de manter a união entre todos os sujeitos.

No instante em que se consegue a terra e o lote vai para o nome do homem, tudo que há dentro dele passa a ser de propriedade do homem. Esta é a ocasião em que valores cristalizados historicamente voltam a reinar. As mulheres têm consciência dessa diferenciação entre o momento de assentado e de ocupado, reconhecem que no período pré-assentamento participam muito mais de reuniões e assembleias. Na vida de assentado, cada família precisa se preocupar com a produção do seu lote, cada família se fecha em sua propriedade e os espaços de convivência voltam a ser espaços sexuados: mulheres, homens e jovens têm seus espaços de convivência demarcados pelo sexo e pela idade.

O espaço dos homens é o da esfera pública, o bar, o futebol, reuniões de sindicatos e associações. A comercialização da produção do lote, geralmente, é também "incumbência" do ser masculino. O espaço das mulheres é o espaço do lote e o da esfera doméstica, qual seja, cuidado da casa, do terreiro e das crianças. O espaço de convivência entre os gêneros é o espaço produtivo, mas aqui a mulher tem um papel subalterno, porque é uma ajuda que está prestando ao marido, afinal suas obrigações estão dentro de casa.

Não é comum as mulheres demonstrarem ter consciência da repressão de gênero que estão submetidas. Veem a organização da esfera doméstica como algo naturalizado, ainda que se queixem do excesso de trabalho. E aquelas que participam mais da vida pública não compreendem o processo que possibilitou a chegada delas ao nível em que se encontram e acreditam que a decisão de participar ou não dos espaços públicos esta atrelada a opção pessoal e não às limitações de gênero (GARCIA, 2004).

O acompanhamento continuado de uma experiência de assentamento no município de Presidente Venceslau (SP), no entanto, mostra como a realidade pode ser alterada de maneira a que o patriarcalismo tradicional seja, ao menos em parte, superado. No assentamento Primavera, 125 famílias foram assentadas no final da década de 1990. Ao analisar a titulação das mulheres assentadas, bem como a trajetória de liderança de algumas delas, surge a possibilidade de avaliar o nível de emancipação destas mulheres e a participação delas no desenvolvimento dos lotes. O simples fato de a mulher ser a titular do lote não significa que as decisões são dela, ou discutidas no interior da família. Existem casos em que a idade do homem ou sua inadimplência impedem este seja o principal responsável pelo lote. Daí a mulher acaba respondendo burocraticamente por ele. Ainda que no cotidiano o homem tenha voz mais ativa nas tomadas de

decisões, já é possível notar o início da mudança, ao verificarmos as mulheres participando de reuniões, tomando contato com os financiamentos, construindo associações e falando pelo lote.

Há algum tempo, diante de uma entrevista, as mulheres se recolhiam e apontavam o marido, como se ele fosse o único com propriedade para falar de um assunto que envolvia toda a família. Mais recentemente, o que pode ser observado através desse projeto de pesquisa, as vozes femininas tornaram-se mais audíveis, conforme pode ser evidenciado no que segue. Em primeiro lugar, a tabela 1, abaixo, mostra os dados numéricos referentes aos questionários aplicados no assentamento Primavera:

Tabela 1 – Distribuição por Gênero de titulares de lote.

Mulheres titulares (sem cônjuge)	17%
Mulheres titulares (com cônjuge)	26%
Homens titulares	57%

Fonte: Trabalho de Campo, 2009.

Comparando estes dados com os da pesquisa realizada por Melo e Sabatto (2008), tem-se que o percentual de mulheres titulares é muito maior no PA Primavera (Mello e Sabato não diferenciam a relação com o cônjuge). Vários elementos podem indicar uma explicação para o fato de que, agregados, os números de titulação de mulheres alcancem 34% dos lotes.

A própria trajetória de luta dos sem-terra do Pontal, nacionalmente reconhecida, certamente influencia esse status. Embora ainda permaneçam muitos dos comportamentos oriundos do patriarcalismo historicamente cristalizado, a mulher vai rompendo o preconceito e se afirmando como sujeito autônomo. São muitas as cobranças, no entanto, com relação ao seu papel de mãe e esposa, dificultando sua participação.

Quando se estuda as mulheres que se destacam como lideranças, é necessário resgatar todo o processo de luta e persistência que envolveu o "empoderamento" político destas. No PA Primavera, assentamento há muito monitorado pela equipe de pesquisa, três mulheres se destacam por sua atuação na linha de frente de grupos associativos. Duas delas não têm cônjuge (inserindo-se no grupo de 17% de mulheres titulares sem companheiros), embora sejam mães; a terceira

adiciona, ao papel de mãe e líder, o de esposa. Neste trabalho, apresenta-se, de forma sucinta, o perfil dessas três mulheres, que conseguiram se destacar como lideranças dentro do assentamento.

Denise, mulher casada e com dois filhos (adolescentes na época da constituição do PA), participou do acampamento junto com sua família para conseguir o lote. Durante este processo, como ela mesma afirmou, assumiu algumas tarefas de coordenação, ocasião na qual precisava se deslocar até a cidade para resolver algum problema do acampamento. Posteriormente, assumiu o cargo de agente comunitária de saúde, geralmente oferecido a mulheres. Denise foge do modelo de jovem mulher que se destacou no período de luta pela terra; embora tenha assumido postos de liderança no acampamento, ela já era casada e mãe na época.

Isso ressalta uma parceria rara, mas positiva, no interior da família de Denise. A renda principal do marido de Denise não vem do assentamento: ele trabalha fora. Neste caso, num acordo entre o casal, Denise sempre se responsabilizou pela produção do lote, sendo a participação do homem, invertida, citada como tendo um caráter de ajuda. Denise reforça que o marido a acompanha à feira para venderem a produção da horta (aos finais de semana). Neste lote existem duas atividades produtivas: a horticultura e a leiteira. Denise é ela a principal responsável pelas duas atividades. Os filhos trabalharam ambos no lote, até que, concluído o ensino médio, também se empregaram fora (eles prestam uma ajuda nos finais de semana). Ao se referir ao trabalho assalariado do marido, Denise diz que é o trabalho dele que garante que a família não passe por privações.

Apesar de valorizar sempre o trabalho do esposo, Denise sabe que teve um papel fundamental, ao enfrentar a desconfiança que cerca as famílias nas quais o titular (no caso, seu marido) saem para trabalhar fora. Seu desempenho na lida, no entanto, a fez superar as críticas, sendo atualmente citada como dona de um lote bem estruturado no assentamento – inclusive pelos técnicos oficiais, responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas que regem a gestão do PA e o trabalho das famílias (como a proibição do titular do lote sair para trabalhar fora do assentamento).

Ao lado das atividades produtivas, Denise também sempre teve uma forte participação comunitária. Além dos anos em que foi agente de saúde, trabalhou na padaria comunitária do Primavera com Dora (outra liderança) e demais mulheres, até que a mesma deixasse de funcionar, cerca de 5 anos depois de inaugurada. Nesse meio tempo, Denise também participou do conselho escolar – papel que desempenhou até depois do filho mais novo sair da escola.

Sua mais destacada ação, como líder no Primavera, no entanto, foi encabeçar a formação de uma associação, criada em 2007, com vistas a produzir para o PAA. A Associação Renascer, da qual tornou-se uma espécie de presidente vitalícia, foi a primeira associação do PAA no município de Presidente Venceslau. Sua invejável capacidade de trabalho arrastou um pequeno grupo (16 associados em 2009) que passou a fornecer gêneros alimentícios aos programas sociais da cidade.

Apesar de sua participação destacada em ações coletivas, a postura de Denise recebe críticas de alguns assentados, devido ao seu comportamento, tido como individualista. Isso porque Denise (e o marido) tem um veículo, que é usado para transporte dos produtos da associação, inclusive para uma banca do produtor na feira livre da cidade. Após alguns anos, a assentada teria praticamente monopolizado a "feira do produtor" de P. Venceslau, fechando o espaço para outros assentados.

As demais lideranças investigadas não têm maridos como suporte dos lotes. A primeira delas, Dora, vive com os três filhos e o pai idoso em lote do qual ela é titular. Esta mulher tem uma trajetória um pouco diferente de Denise, mas seus caminhos acabam se cruzando em diversas situações no assentamento. Dora veio de outro Estado (Rondônia), onde se separou do marido, vindo para São Paulo com os dois filhos nos anos 1990. Ela participou ativamente do Movimento Sem Terra, realizando reuniões com trabalhadores em várias cidades da região. Ficou acampada em vários municípios do Pontal e participou de encontros de formação do movimento.

Dora avalia como satisfatória, na época da entrevista, a sua condição de vida no lote. Mesmo afirmando que se afastou do movimento após conseguir um lote, ela se reconhece como representante das mulheres do assentamento e, em certos momentos, chegou a ser a única liderança ligada ao MST, visto que outro representante do movimento (homem) sempre acompanha as ações de massa do MST e quase nunca nem está presente no PA. Como principal ação como "mulher assentada", Dora cita a criação de uma organização de mulheres assentadas (Organização de Mulheres Assentadas do Pontal do Paranapanema – OMAPP), da qual foi líder em 2001, confrontando a iniciativa do governo estadual de fomentar uma grande organização, de âmbito estadual, abrangendo mulheres assentadas e quilombolas (a Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo, incentivada pelo ITESP). Filiada ao PT de Presidente Venceslau, Dora alternou momentos de maior militância comunitária com épocas de total dedicação ao lote e à família (ela tem 3 filhos, sendo que a

mais nova, nasceu já no assentamento). Participando de duas entidades associativas, Dora também se dividiu durante algum tempo com os afazeres políticos-administrativos das organizações. No mesmo ano em que foi formada a Associação Renascer, cuja principal liderança é Denise, surge também a Associação Primavera (2007), liderada pelo militante do MST atuante no Assentamento. Dora integrou os dois grupos, sendo que no primeiro momento esteve mais ao lado de sua amiga Denise.

Alguns anos depois, devido à já citada ausência do colega militante, Dora assume a liderança da Associação Primavera, justamente durante o período em que esta recebeu um projeto de incremento da produção de mamona para fabricação de biodiesel. Dora plantou mamona em seu lote e ajudou outros assentados da associação, que chegou a reunir 39 pessoas, a fazer o mesmo. O projeto não prosperou, o que levou à paralisia da Associação. No entanto, Dora insiste que todo o projeto foi custeado "a fundo perdido", numa operação intermediada pelo MST, do forma que ninguém ficou no prejuízo.

Problemas domésticos, envolvendo sua família, a levaram a novamente desistir de uma militância mais evidente no assentamento. No entanto, Dora sempre fala com muito orgulho de sua luta e de suas realizações.

A maior associação do PA Primavera, chamada Associação Campos Verdes, tem atualmente uma presidente mulher. Salomé, a mais jovem das três lideranças aqui analisadas, foi acampada com sua família nos anos 1990. Ainda adolescente, engravidou de um militante do MST, do qual teve uma filha que vive com ela. Sozinha, anos mais tarde fez uma "ocupação individual", pressionando para ganhar um lote próximo à área comunitária do assentamento. Como contava com o apoio do militante pai de sua filha (ela não é casada) e de outras lideranças, Salomé foi assentada em 2005.

Ressalta-se que ela sempre contou com o apoio da família (mãe e irmãos, que vivem em outro lote do Primavera). Associada, num primeiro momento, à Renascer, como sua casa ficasse defronte ao tanque resfriador de leite da Associação Campos Verdes, Salomé foi convidada a trabalhar para a associação, recebendo o leite e limpando o equipamento.

Anos mais tarde, em 2011, Salomé torna-se presidente dessa Associação que conta com aproximadamente 40 sócios ativos (e mais de 100 arrolados na sua fundação, ainda nos anos 1990).

Numa das entrevistas colhidas, Salomé se orgulha de ter aberto a associação para cursos, como o de produção de doces (ela e outras mulheres da associação fornecem compotas e doce de leite à cidade), curso para fazer produtos derivados

do leite e, mais recentemente, formação para uma horta orgânica comunitária. Tais conquistas foram produto do diálogo entre associação, Prefeitura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Sobre a produção leiteira e a articulação da associação com laticínios da região, a presidente da associação esclareceu:

Agora a gente tá conseguindo uma parceria com o laticínio Santa Clara. Ele tá pasteurizando o leite da gente. A gente tá fazendo uma parceria com ele, vai tá entregando o leite pra ele e vai tá recolhendo aqui. Vai pasteurizar o leite nosso e vai fazer todas as entrega nas escolas. Então ele tem 25 município que ele vai ajudar a gente a vender o leite também. Vai sair nas prefeitura junto com a gente pra vender e vai fazer as entrega com os caminhão deles. Então pra nós, nós vamo consegui um preço de leite que hoje a gente paga na banca R\$ 0,65 centavos e espero, que pelo que eu tô vendo, vai conseguir pagar mais ou menos R\$1,00 real. (SALOMÉ, Presidente da associação Campos Verdes em 2011).

Ainda segundo Salomé, a parceria entre a associação e o laticínio conta com mais de 200 produtores – a parceria não se limita aos associados da Campos Verdes – que produzem 15 mil litros de leite por dia, distribuídos entre 25 tanques resfriadores, sendo ela uma das articuladoras dessa grande parceria com o laticínio. Esse feito político é bastante reconhecido no assentamento – e muito reiterado por ela.

Salomé salienta a importância da associação e como suas conquistas atraem outros produtores:

E através dessas coisinhas que a gente tá conseguindo, a gente tá conseguindo reunir mais pessoas, porque eles tao vendo que tão ficando de fora e tão ficando pra trás (SALOMÉ, Presidente da Associação Campos Verdes em 2011).

A participação da mulher assentada na produção econômica: muito além do autoconsumo

As diferentes perspectivas de pesquisas sobre gênero no meio rural podem revelar os avanços socioeconômicos, sendo as formas de organização dos assentamentos e os acordos estabelecidos no interior dos lotes, talvez, os de maior impacto na alteração das posições de gênero tradicionalmente cristalizadas.

É Medeiros (2008), quem diz que

[...] algumas luzes sobre as relações de gênero nos assentamentos [...] permitem uma consistente problematização sobre a invisibilidade do trabalho feminino no mundo rural e sua continuidade em áreas em que a luta tornou possível o acesso à terra (p. 09).

A invisibilidade do trabalho feminino está sendo confrontada com novas posturas assumidas pelas mulheres no interior do lote, tanto na esfera do domicílio – o cuidado da casa, dos filhos, da horta – quanto da "ajuda" prestada ao marido agricultor. O desprestígio do trabalho feminino, interpretado por alguns como sendo um trabalho reprodutivo, necessita ser revisto.

A difícil avaliação da chamada produção para o autoconsumo pode ser definida como a parte da produção destinada ao consumo da família agricultora e que não fará parte das relações comerciais. Em algumas obras o autoconsumo aparece como o que é "pro gasto", justamente porque será a parte da produção que servirá de alimento para a família (GRISA, 2007). Segundo essa perspectiva, o autoconsumo abrangerá três grandes elementos na sobrevivência do produtor rural: a alimentação, a autonomia produtiva e a reprodução social.

Um dos principais benefícios do autoconsumo na perspectiva da alimentação será a respeito da segurança alimentar, que garantirá a qualidade e o acesso de alimentos pela família, tornando-a isenta dos insumos nocivos presentes na agricultura mercantil. Será garantido desta forma o atendimento às necessidades alimentares da família e a alimentação não ficará dependente da sazonalidade e o perecimento dos alimentos oferecidos no mercado.

A diversificação produtiva será a característica mais benéfica da produção para o autoconsumo. Fica sob critério do produtor quais alimentos serão cultivados, não ficando exposto ao risco da perda de grande produção pelas intempéries. Além disso, há possibilidade de diversificar também a renda, sendo possível adquiri-la dos mais diversos produtos agrícolas e não agrícolas, além dos manufaturados. Sobre o autoconsumo na produção da agricultura familiar, Gazolla e Schneider afirmam que:

"... a dimensão do autoconsumo alimentar nas formas familiares de produção e trabalho é uma esfera fundamental que orienta e afeta as estratégias de reprodução e os cálculos das unidades familiares no sentido de como os seus membros se organizam para obter a alimentação necessária ao seu

consumo"(Gazolla e Schneider, 2007, pag.93).

O excedente de produção também será um dos elementos do autoconsumo que proporcionará maior sociabilidade por parte dos agricultores, incentivando a coletividade no meio rural. Como sociabilidade, pode-se entender o processo de relacionamento livre, tanto na esfera material, como na venda e troca de produtos (hortaliças e aves), quanto na dimensão simbólica, nas trocas viciniais que praticam os grupos sociais e as famílias do meio rural, garantindo seu caráter de sociabilidade (GRISA, 2007). Será também, conforme essa perspectiva, a partir do autoconsumo que o agricultor terá sua identidade camponesa ressaltada, haja vista que as técnicas empregadas na produção derivam do "saber-fazer", de conhecimentos tradicionais que são repassados através das gerações e nucleiam a identidade dessa forma social.

A investigação da participação das mulheres assentadas na esfera produtiva, no entanto, revela que sua inserção como agente direto da produção vai além do autoconsumo. Colabora para essa mudança a revalorização da horticultura, pouco significativa no contexto dos assentamentos do Pontal durante bom tempo – visto como tarefa feminina e exclusivamente para autoconsumo, por sua dificuldade de canais de comercialização – mas que mudou seu status depois da implantação de projetos de produção orientados para os mercados institucionais (principalmente o PAA). Agora gerador de renda segura, os homens passam a se dedicar mais à horticultura, mesmo que as mulheres não a tenham abandonado.

Os dados a seguir demonstram essa realidade, lançando luz sobre as questões da produção agropecuária comercial e de autoconsumo e a participação de ambos os sexos nessas atividades. Na tabela 2, abaixo, é exposta a distribuição das entrevistas da pesquisa Uniara-Incra por assentamentos do Pontal. Sempre que possível/cabível, a análise dos dados do levantamento amostral (gráficos) será complementada com informações mais qualitativas colhidas nesses PAs.

Tabela 2 – Representatividade dos assentamentos que participaram da pesquisa na Região do Pontal do Paranapanema.

Município	Assentamentos	Número total de lotes	Plano Amostral (entrevistas)
Teodoro Sampaio	Água Sumida	121	6
Teodoro Sampaio	Alcídia da Gata	19	3
Iepê	Bom Jesus	50	2
Rosana	Gleba XV Novembro	572	26
Mirante do Paranapanema	Margarida Alves	90	4
Rancharia	Nova Conquista	104	5
Mirante do Paranapanema	Roseli Nunes	55	3
Mirante do Paranapanema	São Bento	182	9
Presidente Venceslau	Tupaciretã	78	4

Fonte: INCRA/UNIARA 2011.

Em relação às atividades de produção agrícola/vegetal, a tabela 3, que apresenta como é distribuído o trabalho dos integrantes da família nestes cultivos dentro dos lotes, mostra aqueles cultivos mais ou menos femininos. Os trabalhos no cultivo dentro dos lotes estão essencialmente distribuídos entre o homem, a mulher e os filhos, sendo que pouco se utiliza de outros familiares ou agregados. Destaca-se, como principal agente na agricultura, o trabalho do homem – presente como ator produtivo majoritário em quase todas as culturas. Esse protagonismo é superado apenas na horticultura, onde o trabalho é feito, em 48%, pelas mulheres, contra 42% do trabalho dos homens e 10% dos filhos.

Tabela 3 – Quem cuida da cultura (membros da família).

CULTURAS	HOMEM %	MULHER%	FILHO%	OUTRO%
CEREAIS	44	42	14	0
CANA	64	9	27	0
EUCALIPTO	70	20	10	0
HORTA	42	48	10	0
FLORES	50	50	0	0
FRUTAS	52	43	5	0
CAFÉ	57	29	14	0
MANDIOCA	46	38	14	2
PASTAGEM	50	33	17	0

Fonte: INCRA/UNIARA 2011.

Podemos analisar algumas mudanças específicas em relação à horticultura. Houve um aumento do trabalho masculino nas hortas, devido ao fato de que essa cultura é, desde alguns anos, o carro-chefe das entregas ao PAA, garantindo renda monetária regular durante o ano para a família. No entanto, mesmo com essa revalorização, as hortas, agora rentáveis, que estavam antes mais diretamente ligadas ao autoconsumo, ao ambiente doméstico em que tradicionalmente as mulheres exercem papel reprodutivo, ainda continuam majoritariamente sob cuidados das mulheres.

Tabela 4 – Venda da produção – Horticultura.

	%
Autoconsumo	77
Merenda	4
PAA	14
Venda direta	5

Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Analisando a tabela 4, acima, verifica-se que a horticultura ainda é majoritariamente destinada ao autoconsumo (em 52% dos casos, a produção é

exclusivamente para autoconsumo). No entanto, em 25% dos casos, o autoconsumo é combinado com diferentes modalidades de venda (mercados institucionais e locais); apenas 23% da produção hortícola é exclusiva para a comercialização.

A pesquisa Uniara-Incra não investigou as declarações de aptidão (as conhecidas DAPs), que indicam quem é o responsável por esses cultivos junto ao PAA. Geralmente tiradas no nome do titular do lote, essas declarações evidenciam um aspecto da invisibilidade do trabalho feminino que o levantamento realizado em 2011 desmistifica: se o homem vai receber pelos produtos da horta entregues via PAA, é a mulher quem, com seu trabalho, produz essa cesta de verduras e legumes.

Se o homem, percentualmente, lidera os demais cultivares, em muitos deles a mulher está claramente ao seu lado. Os casos onde o trabalho está dividido de maneira mais equilibrada entre homens e mulheres são nos cultivos de flores (50% para ambos os sexos), no cultivo de cereais (44% homens x 42% mulheres) e frutas (52% contra 43%).

As atividades com maior desigualdade na distribuição dos trabalhos foram o cultivo do eucalipto (70% cuidado por homens), cultivo da cana-de-açúcar (em 64% atividade masculina) e cultivo do café, sendo cuidado por homens em 57% dos casos (em todos esses casos, a participação feminina não chega a 30% dos casos). O trabalho dos filhos tem maior ocorrência nas atividades de cultivo da cana-de-açúcar e pastagens, correspondendo a 27% e 17%, respectivamente.

No caso da produção animal, temos uma distribuição da mão-de-obra empregada também com especificidades, como mostra a tabela 6. As criações são, de maneira geral, cuidadas por todos os membros da família, salvo a criação de abelhas, onde o trabalho é integralmente desenvolvido pelo homem (registra-se que essa atividade não é amplamente disseminada nos assentamentos, como as demais). As mulheres possuem forte presença no trabalho de criação de aves, onde sua ação é predominante, com 46%, contra 37% de homens.

Assim como no caso da horticultura, podemos associar a predominância do trabalho feminino na criação de aves por ser esta atividade quase que exclusivamente destinada ao autoconsumo familiar. Deste modo, mais uma vez, a predominância na criação está relacionada ao fato dessa modalidade estar presente nas atividades domésticas que a mulher realiza dentro do lote, cuidando da riqueza nutricional das refeições – cujo preparo também cabe a ela.

Tabela 6 – Quem cuida – criações.

	Homem (%)	Mulher (%)	Filhos (%)	Outros (%)
Bovino de Corte	28	29	43	0
Bovino Leiteiro	53	27	19	1
Aves	37	46	16	1
Suínos	40	40	17	3
Caprinos e Ovinos	40	40	20	0
Abelhas	100	0	0	0
Piscicultura	50	50	0	0
Equinos	59	25	8	8

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

As criações de caprinos e ovinos, suínos e piscicultura, o homem e a mulher trabalham na mesma proporção, sendo respectivamente, 40% (caprinos/ovinos), 40% (suínos) e 50% (peixes). Na bovinocultura leiteira e na criação de equinos, o trabalho é predominantemente dos homens, com 52% e 59% respectivamente. Os filhos colaboram nas diversas atividades, embora apareçam predominantemente apenas nos cuidados com o bovino de corte, com 43% – maior opção entre os membros da família. Neste caso, há uma correspondência com os dados do trabalho dos filhos na agricultura. Estes, no caso da produção animal, são os maiores responsáveis pela bovinocultura de corte (garrotes que são vendidos), o que rebate nas atividades agrícolas voltadas para o consumo dos animais (reforma de pasto e cana para forragem).

Em relação aos produtos processados, verificou-se como esta se distribui (majoritariamente derivados de leite).

Tabela 7 – Renda mensal Agroindústria.

	(%)
Até um salário mínimo	80
Mais que dez salários	20

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

No que concerne ao trabalho na agroindústria temos que este é predominantemente feminino, com 89% dos casos tendo apenas o trabalho da mulher; no restante dos casos, 11%, o trabalho é conjunto, entre homem, mulher e filhos. Mais uma vez, se pode supor a vinculação do espaço doméstico à predominância da mulher. Como o processamento se dá nas residências em 100% dos casos, pode-se relacionar que o seu protagonismo nesta produção seja associado a sua responsabilidade de cuidar da casa e alimentar a família no lote. No entanto, a agroindustrialização doméstica gera renda (geralmente baixa). Em uma única situação, calculada em 11% no interior dos casos em que há agroindustrialização, a renda é superior a 10 salários mínimos. Neste caso, homem, mulher e filhos dividem as tarefas de um laticínio artesanal em sua casa.

As mulheres rompem a invisibilidade de uma forma sutil, pouco reconhecida. No caso de políticas públicas específicas, nas quais o protagonismo feminino é pressuposto, a incidência é baixíssima, além de ser geradora de conflitos. A Tabela 8 apresenta o percentual de mulheres do Pontal que acessaram o fomento especial para mulheres (crédito instalação – apoio mulher). Apenas 2% da amostra registrou esse recebimento, indicativo que a política pública específica em questão não teve impacto significativo na mudança do status feminino nos assentamentos do Pontal.

Tabela 8 – Acesso a crédito instalação – Apoio Mulher.

	%
Acessou	2
Não acessou	98

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Indagadas sobre a implementação desse crédito e suas dificuldades, as mulheres assentadas entrevistadas reclamaram muito do descaso com o qual foi tratado essa oportunidade. Foi comum a indicação de desprezo dos maridos e técnicos na referência a essa linha de fomento, evidenciando que, apesar de algumas políticas públicas tentarem promover o protagonismo das mulheres, uma cultura machista é ainda influente no insucesso dessas ações. Não é à toa que, num debate sobre assistência técnica, ocorrido no início de 2013 no Pontal, o um dos momentos mais críticos foi a denúncia por parte das mulheres de que os técnicos precisam se conscientizar e receber orientações para reconhecer os

direitos das mulheres e valorizar as políticas públicas de incentivo à produção dirigidas a elas.

Conclusão

Os dados da pesquisa permitem construir algumas afirmações sobre a situação e posição social das mulheres nos assentamentos estudados. Do trabalho produtivo realizado pelas mulheres, embora ainda se confunda muito com a produção para o auto-consumo, tem sido mais visível a atuação da mulher em distintas atividades, como a produção agrícola. Nestes dados reconhecemos o quão importante é o trabalho das mulheres para assegurar o bem-estar da família, não apenas no provimento da alimentação, mas também na geração de renda.

Embora as relações patriarcais ainda são bastante fortes nos assentamentos, algumas perspectivas em relação a visibilidade das atividades femininas dentro do lote vem se modificando. A presença do trabalho feminino em outras atividades que não diretamente relacionadas ao consumo familiar pode ser encarada como a maior participação do desenvolvimento do lote pelas mulheres, a partir do momento em que estas deixam de serem responsáveis apenas pela reprodução social da família e passam a influenciar na renda familiar.

Os programas que incentivam a produção, como o PAA, podem ser usados de maneira a garantir uma maior autonomia financeira e uma maior visibilidade para as mulheres nos lotes. Isto porque, com o PAA, o que era meramente subestimado como subsistência – como as hortas e pomares – passa a gerar renda e garantir o sustento da família.

Com relação à titularidade dos lotes, o percentual de mulheres titulares no universo pesquisado é tímido comparando-se ao referente à titulação dos homens. No entanto, quando comparamos os dados da pesquisa realizada nos Assentamentos Primavera com os dados da pesquisa realizada por MELO e SABATTO (2008), temos que a titulação de mulheres na região é mais significativo.

A comparação destes dados reforça a importância das ações afirmativas e de órgãos mediadores na busca pelo "empoderamento" das mulheres, contribuindo para o aumento da autoestima e a diminuição das disparidades de direitos reservados a homens e mulheres nas relações do cotidiano. No entanto – e o mesmo vale para o crédito instalação "apoio mulher" – a pesquisa indica que é preciso aprimorar essas políticas públicas. Por um lado, o machismo está presente até mesmo nos agentes de assistência técnica, que desvalorizam os projetos das mulheres, por outro lado, a garantia legal da permanência da mulher separada no lote fica ameaçada pela recorrente conjuntura de inadimplência da

qual ela, muitas vezes, sequer tinha informação.

A discussão das trajetórias das mulheres líderes matiza também a hipótese de que as vivências destas mulheres nas etapas que antecedem a conquista da terra irão fortalecer a participação ou não das mulheres nas etapas posteriores ao assentamento. Nos casos de Dora e Salomé, pode ser assim. Mas Denise já era casada quando se tornou referência no acampamento. Principalmente a história de Dora, se repete na vida de muitas mulheres assentadas que se veem sem os companheiros e precisam tocar o lote somente com a ajuda dos filhos quase sempre pequenos.

Referências

BARONE, Luís A. e FERRANTE, Vera L. S. B., *"Resistências e Acomodações: As Tensões Sociais Presentes na Constituição dos Assentamentos Rurais da Região de Araraquara/SP"*. **Anais do XLV Congresso da SOBER** (GT: Reforma Agrária e outras políticas de redução da pobreza). Londrina, PR, 2007.

BERGAMASCO, S.M.P.P. e NORDER, L.A.C. **Alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo. Terceira Margem, 2003.

BRUMER, ANITA. "Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul." **Estudos feministas**, no. 12, Vol.1, 2004.

FERRANTE, V.L.B.; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. "A maioria dos Assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro." In: Ferrante, V.L.S.B.; Whitaker, D. C. A. (orgs) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. Araraquara/São Paulo, UNIARA/INCRA/ABRA, 2005.

GARCIA, Maria Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema** (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. "A produção da autonomia: os papéis do

autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares." **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. N.º 15, 2007.

GRISA, CATIA. **A produção "pro gasto": um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul** (Dissertação de Mestrado). P. Alegre, UFRGS, 2007.

LEITE, Jose Ferrari. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO R. **Impactos dos Assentamentos: Um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro**. São Paulo. Editora UNESP, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, Adriana L.; ZARZAR, Andrea Butto (Orgs) **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília, Nead Debate; 14/MDA, 2008.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto Di. Um Olhar de Gênero nos Assentamentos da Reforma Agrária. In: LOPES, Adriana L.; ZARZAR, Andrea Butto (Orgs) **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília, Nead Debate; 14/MDA, 2008.